

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
RESOLUÇÃO Nº 1.494/2022-PGJ, de 29 de junho de 2022
(SEI 29.0001.0136821.2022-74)

Altera dispositivos da [Resolução nº 557/2008, de 17 de novembro de 2008](#), que dispõe sobre o sistema de indicações de Promotores de Justiça Estaduais para o exercício das funções eleitorais junto às Zonas Eleitorais do Município de São Paulo.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 19, XII, “c”, da [Lei Complementar Estadual nº 734, de 26 de novembro de 1993](#), considerando a necessidade de observância pelos Promotores de Justiça que exercem as funções eleitorais aos princípios da continuidade, da eficiência e do interesse público no bom andamento dos trabalhos eleitorais;

CONSIDERANDO a necessidade de evitar-se a descontinuidade brusca e indesejável nos serviços eleitorais, a cargo do Promotor de Justiça Eleitoral, especialmente em ano em que se realizam eleições, quando não se pode prescindir do conhecimento amalhado durante a designação eleitoral por quem irá atuar como fiscal da ordem jurídica e da regularidade de todo o processo eleitoral;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de observância do disposto no artigo 1º, inciso IV da [Resolução CNMP n. 30/2008](#), que disciplina que a designação para exercício da função eleitoral será feita pelo prazo ininterrupto de dois anos;

CONSIDERANDO a decisão proferida no Processo CNMP 1.00585/2022-08, que aprovou em 14 de junho de 2022, por unanimidade, a proposição de alteração do § 2º do art. 5º da [Resolução CNMP 30 de 19.5.2008](#), ajustando-o à [Lei 13.165/2015](#) (minirreforma eleitoral), modificando o período de vedação de fruição de férias e afastamentos voluntários por Promotor Eleitoral, cingindo-o ao intervalo entre 15 de agosto do ano da eleição até 15 dias da diplomação dos eleitos;

CONSIDERANDO, ainda, que a Procuradoria-Geral Eleitoral, diante da nova redação do art. 5º, § 2º, da [Resolução CNMP 30/2008](#), promoveu alteração na regra prevista no artigo art. 44, § 2º, da [Portaria PGR/PGE n. 1/2019](#), por meio da [Portaria PGR/PGE n. 4, de 21 de junho de 2022](#); Considerando, por fim, que é imperativo manter a [Resolução PGJ n. 557/2008](#) adequada àqueles diplomas normativos;

RESOLVE editar a seguinte Resolução:

Art. 1º. O artigo 3º, da [Resolução n. 557/2008](#), passa a vigorar acrescido de um parágrafo único:

Artigo 3º.....

Parágrafo único. É vedada a renúncia às funções eleitorais, salvo em caso de remoção para comarca diversa da Capital, promoção, exoneração, aposentadoria, impedimento e situações excepcionais de força maior, devidamente comprovadas, que serão apreciadas pelo Procurador-Geral de Justiça. (NR)

Art. 2º. O artigo 9º, da [Resolução n. 557/2008](#), passa a ter a seguinte redação:

Artigo 9º. Fica vedado o afastamento voluntário do exercício das funções de Promotor de Justiça Eleitoral, inclusive a fruição de férias ou licença voluntária, no período de 15 de agosto do ano da eleição até 15 (quinze) dias após a diplomação dos eleitos. (NR)

Art. 3º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 29 de junho de 2022.

MÁRIO LUIZ SARRUBBO
Procurador-Geral de Justiça

Publicado em: [DOE, Poder Executivo – Seção I, São Paulo, 132 \(128\), Quinta-feira, 01 de Julho de 2022 p.84.](#)